



## IV - 001 - GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO ESTADO DO PARÁ: DESAFIOS DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MARAPANIM.

### **Andreza Lima Mello<sup>(1)</sup>**

Engenheira Ambiental. Especialista em Georreferenciamento, Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto e Mestranda no Programa de Pós Graduação em Engenharia Ambiental e Sanitária pela Universidade Federal do Estado do Pará (PPGESA/UFPA). Técnica Superior em Gestão de Meio Ambiente da SEMAS/PA.

### **Marianna Correia Aragão<sup>(2)</sup>**

Engenheira Química pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre e Doutora em Engenharia Civil – Recursos Hídricos pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Pós-doutorado em Engenharia Civil – pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Técnica Superior em Gestão de Meio Ambiente da SEMAS/PA.

### **Veronica Jussara Costa Bittencourt<sup>(3)</sup>**

Engenheira Sanitarista pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Engenharia Civil – Recursos Hídricos e Saneamento e Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Pará (PPGEC/UFPA). Coordenadora de Planejamento em Recursos Hídricos da SEMAS/PA.

### **Luciene Mota de Leão Chaves<sup>(4)</sup>**

Geóloga pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Ciências: Geologia: Hidrogeologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Diretora de Recursos Hídricos da SEMAS/PA.

### **Diego Lima Crispim<sup>(5)</sup>**

Engenheiro Ambiental. Doutor em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Técnico Superior em Gestão de Meio Ambiente da SEMAS/PA.

**Endereço<sup>(1)</sup>:** Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará, Tv. Lomas Valentinas, 2100 - Marco, Belém - PA, 66093-671, e-mail: [eng.andrezamello@gmail.com](mailto:eng.andrezamello@gmail.com)

## **RESUMO**

Este artigo examina o papel e os impactos do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim (CBHRM) no estado do Pará durante o período de 2021 a 2023. Criado pelo Decreto Estadual nº 288/2019, o CBHRM é um órgão colegiado com atribuições normativas, deliberativas e consultivas, abrangendo 12 municípios da Microrregião do Salgado na Unidade Hidrográfica da Costa Atlântica – Nordeste. Durante este biênio, o CBHRM foi composto por representantes do poder público, usuários de recursos hídricos e sociedade civil, totalizando 30 membros entre titulares e suplentes. O comitê realizou cinco reuniões extraordinárias, focadas em temas como o plano de bacia, programas sustentáveis e participação em eventos nacionais. Os principais desafios enfrentados incluem a necessidade de uma estrutura física própria para as reuniões e a implementação de instrumentos de gestão conforme previsto na legislação, como a criação de uma Agência de Água. Apesar dos obstáculos econômicos, políticos e institucionais, o CBHRM tem avançado na promoção da agenda hídrica local e na articulação com entidades públicas e privadas envolvidas com questões relacionadas ao meio ambiente. Conclui-se que o CBHRM desempenha um papel crucial na gestão dos recursos hídricos no Pará, contribuindo significativamente para uma governança mais inclusiva e participativa na administração das águas da região.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gestão; Recursos Hídricos; Meio Ambiente

## **INTRODUÇÃO**

A bacia hidrográfica é uma unidade territorial que necessita de planejamento e instrumentos para que a gestão de seus recursos seja adequada. Sendo assim, através das legislações estaduais os comitês de bacias também desempenharam um papel orientador na elaboração da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), onde o conhecimento e a divulgação de seus conceitos surgiram como formas de fortalecer e consolidar um arcabouço institucional para administração e deliberação sobre o uso das águas.

No estado do Pará, a criação do primeiro comitê de bacia iniciou-se em 2003 através de movimentos sociais que visavam a limpeza e preservação de um trecho do rio Marapanim (SANTOS; VELOSO; NASCIMENTO, 2022). O amadurecimento deste movimento aconteceu a partir de 2015, através de conferências que reuniram diversos representantes de instituições e entidades que residiam ou desenvolviam alguma atividade no âmbito da bacia. Em 2019, por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS) foi publicado o decreto nº 288 que institui o primeiro e, atualmente, o único Comitê de Bacia Hidrográfica do estado, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim (CBHRM) (CIRILO; ALMEIDA, 2022).

O CBHRM é composto por 12 municípios da Microrregião do Salgado, todos localizados na Unidade Hidrográfica da Costa Atlântica – Nordeste. O CBHRM é um órgão colegiado, com atribuições normativas, deliberativas e consultivas, no âmbito de jurisdição da respectiva bacia hidrográfica, com ampla importância para uma gestão adequada. Nesse sentido, as atividades desenvolvidas por este órgão colegiado estão em consonância com a meta 16.7 dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) que visa garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

Convém salientar que um desafio para os municípios que integram o CBHRM é atender a meta 6.1 dos ODS, que tem a finalidade de alcançar o acesso universal e equitativo à água potável. Também essa premissa é desafiadora para os demais municípios do estado do Pará e do Brasil. Sendo assim, o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim exerce um papel relevante, promovendo o debate de questões relacionadas a recursos hídricos e na atuação da articulação de entidades intervenientes.

## MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa apresenta caráter exploratório e documental (PRODANOV; DE FREITAS, 2013). A metodologia do estudo consistiu no levantamento e revisão de relatórios e atas das reuniões, onde a análise contemplou os dois anos de mandato do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim (2021-2023).

## RESULTADOS

No biênio 2021-2023, o comitê de bacia hidrográfica era composto por Eivaldo da Silva Rayol (Presidente, representante do Poder Público Municipal), Enildo Charles Mendes Cardoso (Vice-presidente, representante dos Usuários de Recursos Hídricos) e Rosilene das Chagas Gonçalves (Secretária executiva, representante dos Usuários de Recursos Hídricos), além de outras 27 instituições, totalizando 30 membros entre titulares e suplentes, com perfil social em sua maioria do sexo masculino, conforme Figura 1.

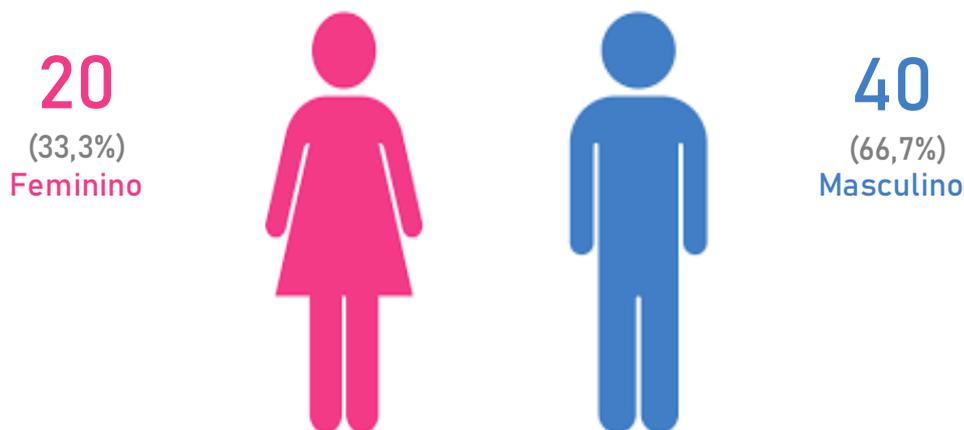
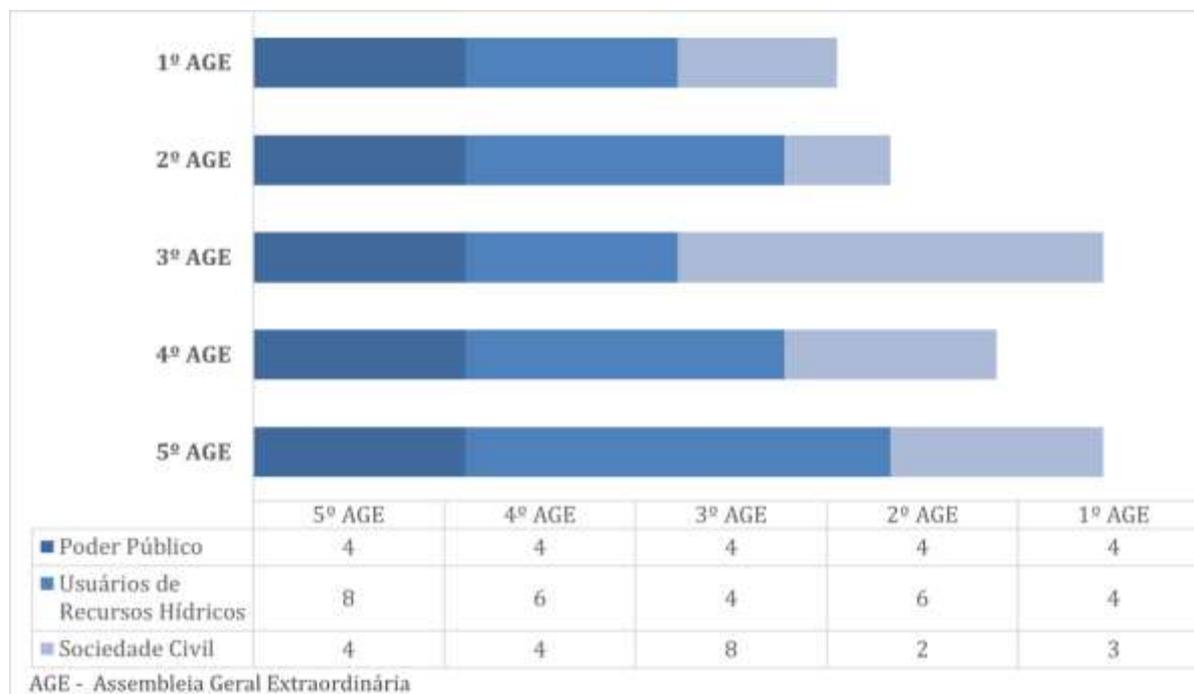


Figura 1: Representatividade dos membros do CBHRM em acordo com o sexo.

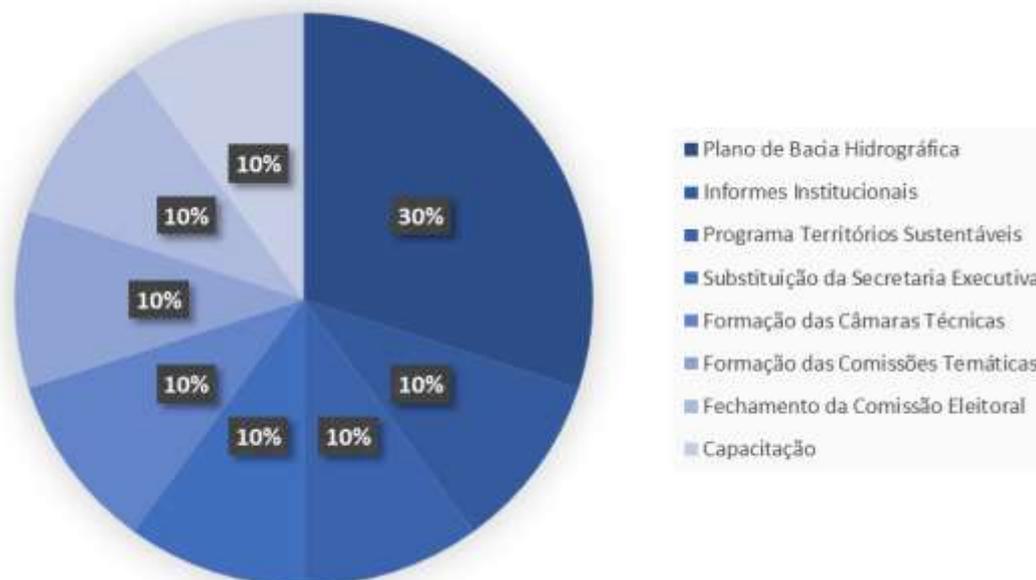
Segundo o regimento interno criado pelo Decreto Estadual n.º 288/2019, as reuniões plenárias ordinárias devem acontecer quatro vezes ao ano, com local e hora fixados com antecedência mínima de vinte dias e reuniões plenárias extraordinárias, quando necessárias, com antecedência de dez dias, sendo ambas por iniciativa do Presidente ou da maioria simples de seus membros. Essas reuniões só poderão ocorrer em sessão pública como quórum mínimo de 1/3 de seus membros. Por não possuir uma estrutura física própria, as reuniões do comitê ocorrem em locais diversos, contemplando os diferentes municípios que integramo CBHRM, realizadas de forma presencial, remota ou híbrida. Nesse sentido, ao longo dos dois anos de mandato, o CBHRM realizou cinco reuniões extraordinárias (20/04/2022; 30/11/2022; 30/06/2023; 16/08/2023; 13/09/2023).

A convocação das reuniões é feita por meios eletrônicos disponíveis aos membros, por exemplo, aplicativos de mensagens e correio eletrônico. Vale destacar que as reuniões contaram com a participação de qualquer pessoa da comunidade com interesse nas pautas das reuniões, bem como os convidados pela Presidência, sem direito a voto. A Figura 2 mostra o perfil de assiduidade dos membros do CBHRM. Na Figura 3 mostra os assuntos mais debatidos durante as Plenárias do CBHRM.



**Figura 2: Participação nas reuniões do CBHRM por segmento.**

Em relação à assiduidade dos membros, observou-se que nas cinco reuniões extraordinárias realizadas, os entes representantes dos Usuários de Recursos Hídricos tiveram maior presença ao longo das plenárias, seguida pela Sociedade Civil e pelo Poder Público (Figura 2).



**Figura 3: Assuntos mais debatidos durante as Plenárias do CBHRM.**

A elaboração do plano de bacia, os informes institucionais do CBHRM nas demandas de recursos hídricos, o Programa Territórios Sustentáveis, que atua na assistência técnica e geração de crédito à produção rural sustentável e intermedia o Plano Estadual Amazônia Agora – PEAA foram os assuntos mais discutidos. Ocorreram também deliberações sobre a substituição da Secretaria Executiva, a formação das Câmaras Técnicas, Comissões Temáticas, Eleitoral e de Capacitação para a participação do Poder Público e Usuários de Recursos Hídricos no próximo pleito eleitoral e para recomposição do colegiado do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim biênio 2023/2025. Ao longo da análise das atas, foi possível averiguar que o maior interesse do CBHRM é a execução do Plano de Bacia Hidrográfica para implementação de agenda hídrica e planos e ações dentro da bacia, que vem sendo constantemente trabalhado em conjunto com o órgão gestor estadual desde a criação do colegiado.

Além disso, várias atividades foram executadas no decorrer de 2021 a 2022, com destaque para a visita técnica realizada ao CBH do Rio São Lourenço, no Mato Grosso, a publicação de dois artigos com temas relacionados a bacia hidrográfica do rio Marapanim e a participação de integrantes do comitê no XXIV Encontro Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica (ENCOB) em Foz do Iguaçu, a visita técnica nos 12 municípios que constituem o CBHRM e a reunião com a Universidade Federal do Pará (UFPA) para apresentar uma proposta de convênio para construção do Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim.

## CONCLUSÕES

Com base no trabalho realizado, concluiu-se que:

O atual modelo de gerenciamento instituído para gestão de recursos hídricos no estado apresenta desafios e obstáculos no âmbito econômico, político e institucional, dificultando uma implementação mais efetiva da gestão. No entanto, convém salientar que a gestão vem avançando gradativamente em razão do esforço e dedicação dos atores sociais dos segmentos que integram o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH).

Para desempenharem contento suas funções, os comitês necessitam de apoio técnico e administrativo. Segundo a Lei das Águas, quem apoia técnica e administrativamente o comitê é sua Agência de Água e ela só poderá ser criada após o estabelecimento da cobrança pelo uso da água e com a comprovação de sua viabilidade financeira, o que ainda é um entrave significativo na gestão de recursos hídricos no Pará. Sendo assim, a SEMAS/PA vem trabalhando para avançar na implementação dos instrumentos estabelecidos através da lei 6.381/2001 e



executando as metas estabelecidas no Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) e Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (Progestão).

Portanto, é prioridade que o primeiro comitê de bacia hidrográfica do estado do Pará possua uma estrutura de suporte que permita o desenvolvimento de suas atividades da forma mais eficiente para dar consequência às ações por ele deliberadas.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

1. CIRILO, B. B.; ALMEIDA, O. T. DE. Os Limites à Gestão de Recursos Hídricos no Estado do Pará: Uma Análise Técnica. *Desenvolvimento em Questão*, v. 20, n. 58, p. e11542, 14 jun. 2022.
2. SANTOS, I. C.; VELOSO, S.; NASCIMENTO, A. L. COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MARAPANIM (CBHRM), PRECURSOR NO ESTADO DO PARÁ: BREVE RECORTE HISTÓRICO (2000-2015). Nota Científica.
3. PRODANOV, C. C.; DE FREITAS, E. C. *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.